

Liberdade e propriedade

Fez agora, pelo Natal um ano que o Chefe Supremo da Cristandade dirigiu ao mundo uma notável mensagem, indicando-lhe os seguros caminhos da paz. Pouca atenção mereceram as suas palavras, mais por virem daquela boca, do que pela pouca razão do que dizia. Quere-nos parecer no entanto que os homens não acertarão os passos na senda da justiça e da paz, se procurarem outro ritmo que não seja o daquela mensagem.

Recordemos hoje apenas um ponto.

«A dignidade da pessoa humana, diz a mensagem, exige como fundamento natural para viver, o direito ao uso dos bens da terra; a tal direito corresponde a obrigação fundamental de facultar uma propriedade privada tanto quanto possível a todos». E logo a seguir: «a pacificação da comunidade não se conseguirá, se não se impedir que o operário, que é ou será pai de família, seja condenado a uma dependência ou escravidão económica, insustentável com os seus direitos de pessoa».

Segundo estas palavras autorizadas, é condição essencial da paz entre os homens conceder a todos quantos trabalham a independência económica, porque só nela e com ela se pode garantir o respeito pela pessoa humana.

E' já conhecida a evolução histórica que levou a comunidade à luta de classes. Outrora, quem não tinha propriedade, também não tinha liberdade. Nem liberdade social, nem liberdade política, nem sequer liberdade pessoal. Liberdade e propriedade eram duas ideias irmãs, inseparáveis. A liberdade não podia, com efeito subsistir se não se apoiasse na posse de certa riqueza económica que deixava ao individuo a necessária possibilidade de movimentos. Por isso, a organização social era de tal maneira concebida que não reconhecia liberdade em quem não pudesse garanti-la com a propriedade.

As ideias da Revolução francesa e do liberalismo filosófico, económico e político, quiseram porém garantir a todos os homens a igualdade de direitos perante a lei. Deu-se então um acontecimento histórico de importância capital, destinado por certo a abrir uma era nova de progresso social, se não fóra terem-se esquecido de que era ilusória e cínica toda a liberdade que não tivesse a apoiá-la a propriedade.

Ficaram os homens a dispôr livremente da sua pessoa e dos seus actos. Foi-lhes reconhecido o direito político e a liberdade de voto. Mas, sob o ponto de vista económico, a livre-concorrência e o capitalismo triunfante relegaram uma grande multidão à condição proletária. A independência económica não sustentou a independência social e política, e tinha de acabar, portanto, como acabou, por tornar também ilusória a mesma independência pessoal. O grande movimento de libertação humana nascido das ideias liberais, porque separou a liberdade da propriedade, veio a ter o efeito contraproducente de reduzir à mais negra servidão a multidão sempre crescente do proletariado.

Estes homens, a quem tinham dado o direito de cidade, mas que na prática se viam acorrentados à dura realidade de só disporem livremente — e ainda de maneira precária — da sua força de trabalho, observaram que a causa fundamental da inde-

pendência real de uns, em contraste com a servidão de muitos, estava na propriedade. Em lugar de procurar a reforma do regime económico no sentido de outorgar a todos a propriedade particular — única maneira de a cada um garantir a tão desejada liberdade — o socialismo optou pela supressão da propriedade particular, a-fim-de todos serem... iguais. Esqueceu-se de que tal remédio era pior do que o mal e constituía um retrocesso social: suprimida a propriedade particular, era suprimida conseqüentemente a liberdade individual, em benefício duma autoridade suprema — Estado, sindicato ou profissão — que passava a dispor dos homens em perfeito regime de escravatura.

Para conceder a liberdade, só há, portanto, um caminho: criar tais condições económicas de vida que todos possam ser proprietários. Emquanto o regime económico tornar impossível a uma parte dos cidadãos o acesso pacífico e progressivo à propriedade, haverá sempre homens livres e homens sem liberdade efectiva, constituindo castas ou classes separadas, que sempre se degladiarão.

A Mensagem do Natal que, o ano passado, o Sumo Pontífice dirigiu ao Mundo, merece portanto ser considerada. Não se trata de um «sermão», mas de uma clarificante lição de economia social que precisa de ser meditada por quantos anseiam por um Mundo melhor.

Ao reclamar a desproletarização das massas e o respeito dos direitos da pessoa humana, mais não se deseja do que dar um passo avante no caminho da solidariedade social, garantindo, pela propriedade individual concedida a todos, o uso efectivo dessa liberdade que todos defendemos e que ninguém deseja perder, mesmo que se diga socialista.

E será possível a concessão da propriedade a todos os homens? Vê-lo-emos depois.

ABEL VARZIM